

Ata n.º 37

Reunião do Conselho Intermunicipal da Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra (Ordinária)

No dia 19 de janeiro de 2016, pelas 15h00m, na sua sede, reuniu o Conselho Intermunicipal da Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra devidamente convocado pelo Presidente do Conselho Intermunicipal, João Albino Rainho Ataíde das Neves, ao abrigo da alínea c) do artigo 92.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

Aprovação de Ata

Discussão e aprovação da ata n.º 35, de 15 de dezembro

Período de Antes da Ordem do Dia

1. Informações

1.1 Comunidade Intermunicipal do Oeste elege novo Presidente

1.2 Linha da Beira Alta

2. Propostas

2.1. Proposta n.º 7/2016 - Ratificação dos atos praticados pelo 1º Secretário Executivo Intermunicipal

2.2. Proposta n.º 8/2016 - Fixação do limite do Fundo de Caixa, de acordo com o artigo n.º 31 da Norma de Controlo Interno

2.3. Proposta n.º 9/2016 – Comunicações e disponibilização de documentos para o CI

2.4. Ratificação dos atos administrativos praticados pelo Presidente do CI

3. Unidades Orgânicas

3.1. Unidade de Coordenação Administrativa

3.1.1. Tesouraria

3.1.1.1. Resumo Diário de Tesouraria

3.1.2. Contratação Pública

3.1.2.1. Concurso Público para a Aquisição de Serviços para Implementação de Programa de Empreendedorismo nas Escolas da Região de Coimbra - CP01/15

3.1.2.1.1. Aprovação do relatório final e adjudicação

3.1.2.1.2. Aprovação da minuta de contrato

À hora anunciada na convocatória, o Presidente do Conselho Intermunicipal, João Albino Rainho Ataíde das Neves, adiante designado Presidente do CI, deu início à reunião, após a verificação de existência do quórum necessário.

Da lista de presenças que se anexa como número um à presente ata, registou-se que participaram na reunião:

Vice-Presidente do Conselho Intermunicipal e Presidente da Câmara Municipal de Arganil, Ricardo Pereira Alves;

Vice-Presidente do Conselho Intermunicipal e Presidente da Câmara Municipal de Oliveira do Hospital, José Carlos Alexandrino Mendes;

Vice-Presidente da Câmara Municipal de Coimbra, Rosa Reis Marques;

Vice-Presidente da Câmara Municipal da Lousã, Rui Daniel Colaço Lopes;

Presidente da Câmara Municipal de Mealhada, Rui Manuel Leal Marqueiro;

Presidente da Câmara Municipal de Mira, Raul José Rei Soares de Almeida;

Presidente da Câmara Municipal de Miranda do Corvo, António Miguel Costa Baptista;

Presidente da Câmara Municipal de Montemor-o-Velho, Emílio Augusto Ferreira Torrão

Presidente da Câmara Municipal de Mortágua, José Júlio Norte;

Presidente da Câmara Municipal de Pampilhosa da Serra, José Alberto Pacheco Brito Dias;

Presidente da Câmara Municipal de Penela, Luís Filipe da Silva Lourenço Matias;

Presidente da Câmara Municipal de Soure, Mário Jorge Nunes;

Presidente da Câmara Municipal de Tábua, Mário Almeida Loureiro;

Presidente da Câmara Municipal de Vila Nova de Poiares, João Miguel Sousa Henriques.

Esteve igualmente presente na reunião, o Primeiro-Secretário Executivo Intermunicipal, Jorge Brito.

Aprovação de Ata

Discussão e aprovação da ata n.º 35, de 15 de dezembro

O Presidente do CI colocou à discussão e aprovação da ata número 35, de 15 de dezembro de 2015, não tendo sido suscitadas, pelos presentes, quaisquer correções à mesma.

Assim, o Presidente do CI colocou a ata n.º 35, de 15 de dezembro de 2015, a votação tendo a mesma sido aprovada por unanimidade.

Período de Antes da Ordem do Dia

Voto de Pesar – Almeida Santos

Relativamente a este assunto, o Presidente do CI em nome da Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra manifestou o seu profundo pesar pelo falecimento do Dr. António Almeida Santos, uma das figuras sempre presente na democracia portuguesa.

O CI deliberou, por unanimidade, formular um Voto de Pesar e dele dar conhecimento à família.

Reforço das verbas previstas em financiamento comunitário para o Plano de adaptação às alterações climáticas e para o sistema de gestão de catástrofes, respetivamente, no âmbito do território da CIM-RC

O Presidente do CI esclareceu que o Presidente da Câmara Municipal de Montemor-o-Velho, solicitou a inclusão deste assunto em face dos acontecimentos do passado fim-de-semana de 8 a 10 de janeiro do corrente ano, que demonstraram a total ausência de informação fidedigna e confiável por parte da Agência de Proteção do Ambiente e entidade exploradora do complexo de Barragens da Agueira, Fronhas e Raiva (EDP, Produção).

O Presidente da Câmara de Montemor-o-Velho referiu que a discussão deste ponto e a deliberação consensual de todos os Municípios sobre este reforço de financiamento a reclamar perante os programas financiadores, torna-se pertinente, face à notória ausência de monitorização dos riscos no do território, por parte das entidades competentes, o que obriga os Municípios a dotarem-se de recursos de elevado custo financeiro, que permitem exercer as suas competências de proteção civil, em última análise, de prevenção de risco, de proteção de pessoas e bens. Salientou que no estado atual, todos sistemas disponíveis e de apoio à decisão no âmbito da proteção civil, nomeadamente, para o risco de incêndios, qualidade do ar, risco hidrológico e outros, ou não existem, ou são de fiabilidade duvidosa.

Mais acrescentou, que é possível, com os meios tecnológicos disponíveis, partilhar os dados obtidos dessa monitorização com recurso a sensores eletrónicos, com outras entidades externas, dotando-as assim, em simultâneo, de um reforço sério à sua decisão.

Por último o Presidente da Câmara Municipal de Montemor-o-Velho considera que esta CIM deveria reclamar um reforço de verba nestas componentes de financiamento dada a urgência e pertinência de todo o trabalho que se pode fazer nesta área.

O Presidente do CI sugeriu que o Secretário Executivo Intermunicipal encete as diligências necessárias para reforçar esta verba e capacitar a CIM de um trabalho técnico que a habilite a fazer o levantamento de necessidades para depois se poder candidatar a financiamento. Esta proposta mereceu a concordância de todos os presentes.

Publicação de Avisos – Pacto

O Presidente do CI alertou os presentes para a abertura dos pré-avisos do Centro 2020, no âmbito do Pacto, para o Património, Educação e Saúde, que foram difundidos a solicitar contributos. Informou que na próxima reunião do CI, a pedido do Senhor Presidente da Câmara Municipal de Cantanhede será discutida se a CIM deve tomar uma posição conjunta sobre o suporte da contrapartida nacional.

No que toca a esta questão, o Primeiro-Secretário Executivo Intermunicipal reiterou o pedido de informação aos municípios que ainda não fizeram chegar os contributos solicitados para se poder ajustar numa tentativa de se conseguir um ajustamento o mais realista daquilo que são as necessidades dos municípios e dos seus territórios.

Interveio o Vice-Presidente da Câmara Municipal da Lousã solicitando que se efetuem diligências, perante os programas financiadores, no sentido de não incluir nos montantes atribuídos os equipamentos escolares com amianto, que entende serem da responsabilidade do Governo pelo que deveriam ter um financiamento específico fora do pacto. Relativamente ao tema do metro Mondego solicita que a CIM questione a CCDRC sobre o atual ponto de situação do projecto, dado que até ao momento nada foi dito sobre o assunto.

O Presidente do CI esclareceu que em relação à questão do metro Mondego, e no seguimento da deliberação da Assembleia Intermunicipal, foi solicitado ao respetivo ministério que averiguasse e fizesse o ponto de situação.

Tomou a palavra o Presidente da Câmara Municipal de Penela pretendendo obter mais esclarecimentos sobre a questão da eficiência energética, especificamente no caso relativo às piscinas. Sustentou que a dotação prevista para a PI 6.5, para os concelhos que não fazem parte das cidades estruturantes, é reduzida e por essa razão entende que se deve solicitar o reforço da dotação, pois considera insuficiente o montante quando comparado com o valor disponível para as cidades estruturantes. Julga que se deve exigir tratamento de igualdade em relação a essa situação e que esta CIM devia emanar uma declaração nesse sentido à CCDRC. Relativamente à regeneração urbana admite que caberá a cada município definir qual a estratégia de desenvolvimento que pretendem ver no seu território.

Prosseguiu a sua intervenção convidando os Srs. Presidentes a estarem presentes na homenagem ao Dr. António Arnaut, no dia 28 de janeiro, na Biblioteca Municipal de Penela, informando que estará presente o Ministro da Cultura, Dr. João Soares. A propósito deste assunto recordou que as pessoas devem ser reconhecidas em vida e que seria interessante, do ponto de vista da identidade do território da CIM Região de Coimbra, reconhecer o mérito das pessoas distinguidas ligadas à área da cultura nos diversos concelhos.

O Presidente do CI considerou pertinentes as observações facultadas pelo seu homólogo de Penela referindo que serão tidas em boa consideração.

O CI tomou conhecimento.

Assembleia Distrital

O Presidente do CI informou os presentes que se irá proceder à avaliação patrimonial do alvará do Instituto Superior Miguel Torga (ISMT) e que posteriormente serão feitas as diligências no sentido de se habilitar a instituição, como entidade acreditada junto do Ministério da Educação. Solicitou colaboração aos presentes na recolha de informação que possa ajudar a CIM a tentar reconstituir a relação de domínio, uma vez que a informação é escassa.

O CI tomou conhecimento.

Unidade de Missão para a Valorização do Interior

O Secretário Executivo Intermunicipal informou que o Conselho de Ministros aprovou a missão e o estatuto da Unidade de Missão para a Valorização do Interior, que tem como objetivo criar, implementar e supervisionar um programa para a coesão territorial, promovendo medidas de desenvolvimento do interior. Referiu que as entidades intermunicipais terão novas competências do ponto de vista da política pública em matérias fiscais, em matérias de reordenamento do mapa judiciário, em questões de fundos comunitários e por essa razão entende que se deve ir acompanhando este processo.

O CI tomou conhecimento.

1. Informações

1.1. Comunidade Intermunicipal do Oeste elege novo Presidente

Foi presente o ofício circular n.º 2015/0691, da Comunidade Intermunicipal do Oeste, informando que na sequência da saída do Sr. Presidente, Dr. Carlos Manuel Soares Miguel, da presidência do CI foi realizada, no dia 03 de dezembro de 2015 a eleição do novo Presidente e Vice-Presidentes da OesteCIM.

O Presidente do CI informou que foi eleito para Presidente da OesteCIM, o Presidente da Câmara Municipal de Alenquer, o Dr. Pedro Miguel Ferreira Folgado, e para Vice-Presidentes, o Dr. Fernando Manuel Tinta Ferreira, Presidente da Câmara Municipal de Caldas da Rainha e o Dr. António José Ferreira Sousa Correia Santos, Presidente da Câmara Municipal de Peniche.

O CI tomou conhecimento.

1.2. Linha da Beira Alta

Relativamente a este assunto o Presidente do CI informou que foi solicitada uma audiência com carácter de urgência, ao Ministro do Planeamento e das Infraestruturas, Dr. Pedro Marques, para dar nota da preocupação desta CIM em relação a uma hipotética opção Aveiro-Vilar Formoso-Viseu. Entende que a requalificação da Linha da Beira alta representa uma abordagem mais económica e eficaz, aproveitando a infraestrutura existente.

Prosseguiu dizendo que foi solicitada à Universidade de Coimbra (UC) a emissão de um parecer sobre a pertinência da necessidade de investimento na requalificação da linha e que se aguarda resposta dessa instituição. Mais referiu que será realizada uma conferência de imprensa conjunta em Mortágua para reforçar a posição aqui assumida.

Interveio o Presidente da Câmara Municipal de Mortágua mostrando-se apreensivo com a situação e manifestou que a ação pública e respetiva conferência de imprensa será um meio de demonstrar às pessoas e ao Governo que esta solução é a melhor para a economia da região e para o desenvolvimento do interior do país.

Tomou a palavra o Presidente da Câmara Municipal de Montemor- o- Velho, dizendo que se opõe à existência de alternativas á circulação na Linha da Beira Alta por estas não terem fundamento técnico nem político. Esta posição é reiterada por todos os membros da Camara Municipal e da Assembleia Municipal.

Aludiu também que deve ser assumido, de uma vez por todas nesta CIM, que o Presidente do CI representa os dezanove municípios e que todos falam a uma só voz.

Interveio o Vice-Presidente do CI, José Carlos Alexandrino, concordando que se deve tomar uma posição pública sobre este assunto, apesar de saber que todos os estudos apontam para a requalificação da linha.

Por seu turno o Presidente da Câmara Municipal de Tábua disse que o seu município depende muito da Linha da Beira Alta e mostra-se preocupado com a pressão existente por parte de outros municípios situados a norte do país.

O Vice-Presidente do CI, Ricardo Alves, entende que deve ser tomada uma posição pública que seja audível, defendendo que o percurso até à conferência de imprensa em Mortágua deve ser realizado de comboio.

Foi sugerido por alguns elementos do CI, e aceite, que a CIM convide o Sr. Presidente da Direção do CEC para estar presente numa reunião do CI.

O CI tomou conhecimento.

2. Propostas

2.1. Proposta n.º 7/2016 - Ratificação dos atos praticados pelo 1º Secretário Executivo Intermunicipal

Foi presente a proposta n.º 7/2016 com a relação dos atos administrativos praticados pelo Primeiro-Secretário Executivo Intermunicipal para ratificação do CI, documento que constará como anexo à presente ata.

O CI deliberou, por unanimidade, ratificar a proposta com a relação dos atos administrativos praticados pelo Primeiro-Secretário Executivo Intermunicipal.

2.2. Proposta n.º 8/2016 - Fixação do limite do Fundo de Caixa, de acordo com o artigo n.º 31 da Norma de Controlo Interno

Foi presente a proposta n.º 8/2016 na qual se propõe que o Conselho Intermunicipal fixe o limite máximo para o Fundo de Caixa no montante de 200,00 € (duzentos euros), para fazer face a despesas de reduzido valor decorrentes da atividade diária da CIM-RC.

O CI deliberou, por unanimidade, aprovar a Fixação do limite do Fundo de Caixa, de acordo com o artigo n.º 31 da Norma de Controlo Interno, no montante de 200,00€ (duzentos euros).

2.3. Proposta n.º 9/2016 – Comunicações e disponibilização de documentos para o CI

Através da proposta n.º 9/2016 foi proposto que o CI delibere que as comunicações com os Srs. Presidentes se façam, salvo algumas exceções, preferencialmente via correio eletrónico, assim como que a disponibilização de toda a documentação se faça através de área reservada, de acesso privado aos Srs. Presidentes, a colocar no sítio de internet da CIM-Região de Coimbra.

O Primeiro-Secretário Executivo Intermunicipal salientou que a questão das comunicações é algo que carece de ser trabalhado no seio desta CIM, mas que a situação se encontra a ser resolvida. Esta proposta visa privilegiar as comunicações via correio eletrónico pela sua celeridade, contenção de custos, modernização e pela sua capacidade de comunicação pelos vários canais indicados pelas autarquias.

Sugere-se igualmente que seja criado um espaço no *site* da CIM, uma área reservada com *password* de acesso privado aos Srs. Presidentes.

O CI deliberou, por unanimidade, aceitar que as comunicações com os Srs. Presidentes se façam, salvo algumas exceções, preferencialmente via correio eletrónico, assim como que a disponibilização de toda a documentação se faça através de área reservada, de acesso privado aos Srs. Presidentes, a colocar no sítio de internet da CIM-Região de Coimbra.

2.4. Ratificação dos atos administrativos praticados pelo Presidente do CI

O Presidente do CI apresentou a proposta com a relação dos atos administrativos por si praticados para ratificação do CI, documento que constará como anexo à presente ata.

O CI deliberou, por unanimidade, ratificar a proposta com a relação dos atos administrativos praticados pelo Presidente do CI.

3. Unidades Orgânicas

3.1. Unidade de Coordenação Administrativa

3.1.1. Tesouraria

3.1.1.1. Resumo Diário de Tesouraria

Foi presente o Resumo Diário de Tesouraria, que mostra um saldo bancário de 1.013.720,80 € (um milhão, treze mil setecentos e vinte euros e oitenta cêntimos) referente ao dia 18 de janeiro de 2016, documento que constará como anexo à presente ata. Não houve qualquer pedido de intervenção ou de esclarecimentos relativo ao documento presente para apreciação.

O CI tomou conhecimento do resumo diário de tesouraria.

3.1.2. Contratação Pública

3.1.2.1. Concurso Público para a Aquisição de Serviços para Implementação de Programa de Empreendedorismo nas Escolas da Região de Coimbra - CP01/15

3.1.2.1.1. Aprovação do relatório final e adjudicação

3.1.2.1.2. Aprovação da minuta de contrato

Foi presente para aprovação do CI a informação I/UGFC/5/2016, informando que sequência da deliberação do Conselho Intermunicipal da CIM Região de Coimbra de 29 de outubro de 2015, se procedeu à abertura de Concurso Público para Aquisição de Serviços para Implementação de Programa de Empreendedorismo nas Escolas da Região de Coimbra, nos termos das peças de procedimento, aprovadas na mesma sessão do CI.

Perante o exposto, o Júri formulou a seguinte proposta de decisão final à entidade competente para a decisão de contratar: Aprovação do Relatório Final, elaborado pelo Júri deste procedimento e aprovação da Minuta do Contrato Escrito.

Após apreciação o CI deliberou, por unanimidade, aprovar o relatório final com proposta de adjudicação à entidade “Gesentrepreneur – Empreendedorismo Sustentável, Ld.”, nos termos do artigo 148º do CCP, bem como a Aprovação da Minuta do Contrato Escrito, nos termos do artigo 98º, n.º 2 do CCP.

Antes de encerrar os trabalhos, o Presidente do CI propôs aos presentes que a ata e as deliberações desta reunião sejam aprovadas em minuta para que tenham a eficácia devida.

E não havendo mais nada a tratar, o Presidente do CI, deu por encerrados os trabalhos eram dezoito horas e quarenta minutos.

De tudo o que ocorreu no decurso dos trabalhos, se lavrou a presente ata, que vai ser assinada pelo Presidente do CI, João Ataíde das Neves e pela Assistente Técnica, Gisela Parreiral, que secretariou a reunião.

O Presidente do Conselho Intermunicipal

(João Albino Rainho Ataíde das Neves)

A Assistente Técnica que secretariou a reunião

(Gisela Parreiral)